

POVOS INDIGENAS  
NO BRASIL / CEDI  
DOCUMENTAÇÃO  
COD. D 42. DAI 25. II. 85

O LIBERAL - Belém / PA - 30/03/84

07

4468

Lucio Flavio Pinto

# Sob as águas

Dentro de três meses começará o fechamento das comportas da barragem de Tucuruí. Entre outubro e novembro o lago do reservatório estará completamente cheio. Logo em seguida entrará em funcionamento a primeira das 12 máquinas previstas. Mas parece que essas datas fatídicas constituem futuro imensamente distante e não realidades em plena concretização.

As milhares de pessoas que participaram dessa obra monumental se acharão no direito de comemorar a execução de um serviço heróico. Provavelmente reagirão com mágoa e raiva contra os que ousarem levantar objeções e críticas a respeito do que fizeram. E terão seus motivos: afinal, trabalhar na região não é fácil e Tucuruí representa, de fato, um marco na engenharia civil brasileira. Pode também servir de divisor de águas entre dois momentos cruciais da história amazônica.

Entre a certeza categórica de que Tucuruí é uma obra-prima da engenharia e as reservas quanto ao seu significado como instrumento do efetivo desenvolvimento, há um mundo de dúvidas, inquietações e perplexidades sobre o maior investimento público já realizado na região em todos os tempos.

acompanho de perto a evolução de Tucuruí desde setembro de 1974, quando participei de uma caravana de jornalistas do sul (naquele momento ainda estava em São Paulo) que fez a primeira visita ao canteiro de obras. Ao longo destes 10 anos fiz várias outras viagens a Tucuruí, li centenas de documentos, ouvi dezenas de pessoas. Da primitiva concepção, de que Tucuruí poderia representar para o vale do Araguaia-Tocantins o mesmo que o New Deal significou para o Tennessee, nos Estados Unidos, cheguei à conclusão de que a usina vai ser fundamentalmente uma fonte de energia para grandes empreendimentos voltados à exportação. Ao invés de polo concêntrico e irradiador de progresso, a região será, na verdade, uma província

energética. Seu produto irá parar no Japão e em outros países disfarçados de lingote de alumínio, por exemplo.

Endividando-se para executar a obra e submetendo-se a esquemas coloniais de financiamento (que exigem retribuições pesadas, como a aquisição das máquinas nos locais de origem do dinheiro), o país optou pela usina grandiosa, abandonando o caminho nos mini e médios aproveitamentos energéticos, que evitariam a atual concentração na geração e no consumo. Os elevados custos do rebaixamento da energia e a necessidade de transportá-la em grandes blocos tornará impossível a eletrificação rural. Não haverá disseminação e nem parcelamento dos benefícios, características, aliás, das obras públicas na região (outro exemplo são as estradas).

Estas questões, que são as de maior fôlego, mal foram pinceladas. Mas também restringiu-se a alguns momentos a discussão de outros temas não menos relevantes para todo o vale e a própria Amazônia, como o das eclusas, do reservatório, da piscicultura, dos efeitos ecológicos, etc. Tucuruí foi concebida unicamente para produzir o máximo de energia possível. Cada vez mais estamos convencidos de que seus projetistas não levaram em consideração o uso múltiplo da barragem.

Dizer isso dói: significa involuir décadas, ao tempo que precedeu a constituição do TVA, nos Estados Unidos, quando parecia inconciliável construir represas para fins energéticos com barragens que serviriam de instrumentos de regularização hídrica. Fortalecida pela administração Roosevelt, a TVA impôs um planejamento central que conduziu à multiplicação dos aproveitamentos da obra. Não tinha, sobre ela, uma visão estreitamente técnica, obtusa: considerava-a como um instrumento do desenvolvimento regional, em amplo sentido.

Tucuruí, infelizmente, não teve a sua TVA. Institucionalmente, havia um

órgão incumbido dessa função, mas ele esvaziou-se tanto que acabou levitando. Por isso, a Eletronorte assumiu, desde o início, o controle do empreendimento. Mas a Eletronorte é uma empresa de energia elétrica. É isso o que sabe fazer — e o faz com desenvoltura. Mas a Eletronorte não sabe e nem esteve interessada em saber como melhor remover a floresta da área do reservatório. A transposição da barragem através de eclusas é também uma preocupação distante para ela. A empresa foi encarregada de gerar o maior volume de energia no menor prazo de tempo possível. Fez isso. Mas atropelando o que estava à frente dessa meta, ainda que no meio do caminho ficassem cadáveres insepultos de peso equivalente ao do sobrevivente.

Era preciso que acima da Eletronorte houvesse uma agência de desenvolvimento em condições de impor a condução do projeto para o seu máximo aproveitamento econômico e social. Com a força e o peso de uma TVA, por exemplo (e refiro-me exclusivamente ao exemplo de um país capitalista invariavelmente citado como o parâmetro para o nosso). Não seríamos obrigados a engolir os absurdos que nos estão impondo. Como o fechamento do rio Tocantins à navegação devido à ausência das eclusas.

O mais grave (como aqui já foi lembrado várias vezes, aparentemente sem a menor repercussão) é que, mesmo com as eclusas, o trecho do Tocantins entre a barragem de Tucuruí e a de Santa Isabel (a próxima a ser construída) não seria navegável durante o verão por causa do erro de concepção cometido em uma represa que foi construída para oferecer o máximo de rendimento em energia, ainda que comprometendo de vez a possibilidade de regularização de um dos maiores rios do mundo.

Sem resposta, todas essas questões estão condenadas à submersão pela onda de retórica que deve estar sendo preparada para a inauguração festiva da obra, em novembro.